

S O B R A L



**FÓRUM CEARENSE**  
**DE CONTABILIDADE &**  
**TRIBUTAÇÃO**  
**EDIÇÃO NORTE**

Realização:



**CRCCE**

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE  
DO CEARÁ



**FÓRUM CEARENSE  
DE CONTABILIDADE &  
TRIBUTAÇÃO**  
• EDIÇÃO NORTE •

**Palestra:**  
**Os desafios tributários  
no Brasil**



**LOURENÇO FREITAS**

Presidente da Comissão de Tributos Estaduais  
e Municipais do CRCCE

Realização:



Apoio:



Patrocínio:



# HÁ COMPLEXIDADE TRIBUTÁRIA?

QUANTIDADE DE NORMAS EDITADAS - 33 ANOS DA CF DE 1988		
NORMAS FEDERAIS	GERAIS	TRIBUTÁRIAS
CONSTITUIÇÃO FEDERAL	1	1
EMENDAS CONSTITUCIONAIS DE REVISÃO	6	-
EMENDAS CONSTITUCIONAIS	125	18
LEIS DELEGADAS	2	-
LEIS COMPLEMENTARES	137	60
LEIS ORDINÁRIAS	6.709	1.171
MEDIDAS PROVISÓRIAS ORIGINÁRIAS	1.745	274
MEDIDAS PROVISÓRIAS REEDITADAS	5.491	1.674
DECRETOS FEDERAIS	14.014	1.728
NORMAS COMPLEMENTARES*	153.412	33.614
<b>TOTAL</b>	<b>181.642</b>	<b>38.540</b>
MÉDIA POR DIA	<b>14,64</b>	<b>3,11</b>
MÉDIA POR DIA ÚTIL	<b>21,13</b>	<b>4,48</b>

Fonte: IBPT

# **ASSUNTOS NA ORDEM DO DIA**

**1 – EXCLUSÃO DO ICMS DA BASE DE CÁLCULO DE CRÉDITO DE PIS E COFINS;**

**2 – AUMENTO DAS ALÍQUOTAS PIS E COFINS SOBRE RECEITA FINANCEIRA;**

**3 – ALTERAÇÕES TRAZIDAS PELA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.160, DE 12 DE JANEIRO DE 2023;**

**4 – A QUEBRA DA COISA JULGADA EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA.**

**5 – REFORMA TRIBUTÁRIA – SIMPLES NACIONAL EXTINTO?**

# EXCLUSÃO DO ICMS DA BASE DE CÁLCULO DE CRÉDITO DE PIS E COFINS

Legislação:

Medida Provisória nº 1.159, de 12 de janeiro de 2023.

Inclusão do inciso - **III**, § 2º, Art. 3º:

Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002 - PIS/PASEP

Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003 – COFINS

# EXCLUSÃO DO ICMS DA BASE DE CÁLCULO DE CRÉDITO DE PIS E COFINS

Quais tipos de empresas sofrerão os impactos dessa alteração?

 Empresas do Lucro Real – PIS e COFINS não cumulativo

 Empresas do Lucro presumido – PIS e COFINS cumulativo

# EXCLUSÃO DO ICMS DA BASE DE CÁLCULO DE CRÉDITO DE PIS E COFINS

O que fundamentou essa alteração?

- Tese do século (RE 574.706-PR) – 15/03/2017;
- Fazenda Nacional opôs Embargos de Declaração;
- 12/08/2021 publicação do acórdão;
- MP nº 1.159, de 12 de janeiro de 2023.

# **EXCLUSÃO DO ICMS DA BASE DE CÁLCULO DE CRÉDITO DE PIS E COFINS**

MP 1.159/2023 convertida na LEI Nº 14.592, DE 30 DE MAIO DE 2023

- Do princípio da anterioridade;
- Decreto CE nº 35.395 de 24 de abril de 2023;



# AUMENTO DAS ALÍQUOTAS PIS E COFINS SOBRE RECEITA FINANCEIRA

Decreto nº 8.426/2015



Decreto nº 11.322/2022



# AUMENTO DAS ALÍQUOTAS PIS E COFINS SOBRE RECEITA FINANCEIRA

Decreto nº 8.426/2015



Decreto nº 11.322/2022



Decreto nº 11.374/2023

# AUMENTO DAS ALÍQUOTAS PIS E COFINS SOBRE RECEITA FINANCEIRA

Essas mudanças impactam quais tipos de empresas?



Empresas do Lucro Real – PIS e COFINS não cumulativo



Empresas do Lucro presumido – PIS e COFINS cumulativo

# **AUMENTO DAS ALÍQUOTAS PIS E COFINS SOBRE RECEITA FINANCEIRA**

O PIS e a COFINS devem obediência ao princípio da anterioridade disposto no art. 150, III, C, CF/88.

# **AUMENTO DAS ALÍQUOTAS PIS E COFINS SOBRE RECEITA FINANCEIRA**

ADI 7342, ADC 84, Liminares:

- Várias liminares favoráveis aos contribuintes;
- Ajuizamento de ADI;
- Governo ajuizou ADC 84, Min. Lewandowski suspendeu as liminares e incluiu em julgamento no plenário virtual.

# **AUMENTO DAS ALÍQUOTAS PIS E COFINS SOBRE RECEITA FINANCEIRA**

O que fazer?

- Os que não entraram com mandado de segurança deve continuar pagando normalmente;
- Quem conseguiu a liminar tem 30 dias contados a partir da decisão do ministro para recolher a diferença de PIS e COFINS sem a aplicação da multa, mas com a incidência do juros Selic.z

# **ALTERAÇÕES TRAZIDAS PELA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.160, DE 12 DE JANEIRO DE 2023**

1. Denúncia espontânea extraordinária
2. Limitação recursal para causas administrativas que não superem 1.000 salários mínimos.
3. Voto de qualidade
4. Litígio zero

# **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.160, DE 12 DE JANEIRO DE 2023 – SEM EFICÁCIA**

- Tramitação atual: PL 2384/2023:

a) Limitação recursal para causas administrativas que não superem 1.000 salários mínimos; e

b) Voto de qualidade.



# **A QUEBRA DA COISA JULGADA EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA.**

- Temas STF 881 e 885 de Repercussão geral.
- Anos 90 – contribuintes conseguem sentenças de inconstitucionalidade sobre a incidência da CSLL;
- 2007 – STF julga ADI 15 e considera constitucional a incidência da CSLL;
- STF enfrentou a decisão de como iria ficar a situação dos contribuintes dos anos 90;

# A QUEBRA DA COISA JULGADA EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA.

- STF analisou 2 pontos: tratava-se de relação jurídica de trato continuado? houve modificação do estado de direito?

*Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015.*

*Art. 505. Nenhum juiz decidirá novamente as questões já decididas relativas à mesma lide, salvo:*

*I - se, tratando-se de relação jurídica de trato continuado, sobreveio modificação no estado de fato ou de direito, caso em que poderá a parte pedir a revisão do que foi estatuído na sentença;*

# **A QUEBRA DA COISA JULGADA EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA.**

Ponderações do STF: As decisões deverão respeitar o princípio da irretroatividade e anterioridade anual e nonagesimal.

# REFORMA TRIBUTÁRIA

- ✓ PEC 45/2019 (CÂMARA DOS DEPUTADOS)
- ✓ PEC 110/2019 (SENADO FEDERAL)
- ✓ PEC 46/2022 (SENADO FEDERAL)

E COMO FICARÁ O SIMPLES NACIONAL? SERÁ EXTINTO?

# REFORMA TRIBUTÁRIA

Art. 179. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios dispensarão às microempresas e às empresas de pequeno porte, assim definidas em lei, tratamento jurídico diferenciado, visando a incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias, ou pela eliminação ou redução destas por meio de lei.

# REFORMA TRIBUTÁRIA

## DOS PRINCÍPIOS GERAIS DA ATIVIDADE ECONÔMICA

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

I - soberania nacional;

II - propriedade privada;

III - função social da propriedade;

IV - livre concorrência;

V - defesa do consumidor;

**IX - tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 6, de 1995)**

**OBRIGADO!**